MINISTÉRIO DO TRABALHO

Boletim de Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda

Dezembro | 2017

Apresentação

Nesta edição

1	Conjuntura
2	Rede de atendimento do SINE
3	Intermediação de mão-de-obra
4	Seguro Desemprego
5	Qualificação Profissional
6	PNMPO
7	PROGER
8	Abono Salarial
9	CTPS
10	Anexo - Atividades de gestão

O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho tem entre suas competências a produção de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capazes de subsidiar o gerenciamento e a implementação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Paralelamente, cabe ao Ministério do Trabalho o papel de exercer a secretaria executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e informar aos conselheiros sobre as ações implementadas com financiamento do Fundo.

Nesse contexto, o presente Boletim configura-se como publicação estratégica para a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, o CODEFAT e órgão e entidades executoras dessas políticas, na medida em que apresenta a sistematização dos principais indicadores relevantes para o monitoramento, avaliação e a tomada de decisão dos gestores.

Trazemos os dados das políticas públicas implementadas pela SPPE provenientes de registros administrativos e procuramos, sempre que possível, comparar os resultados com a dinâmica do mercado de trabalho.

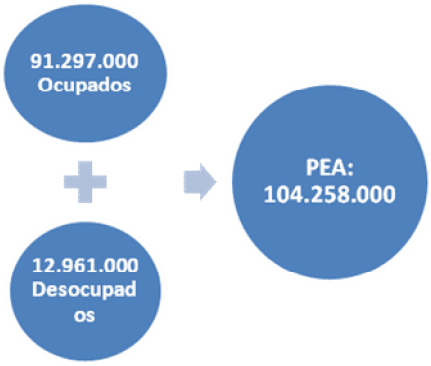
Não se trata de uma avaliação do impacto das ações, mas sim, da sistematização de dados que permitem o acompanhamento das políticas públicas e a tomada de decisão baseada em evidências.

Boa leitura!

1. Conjuntura

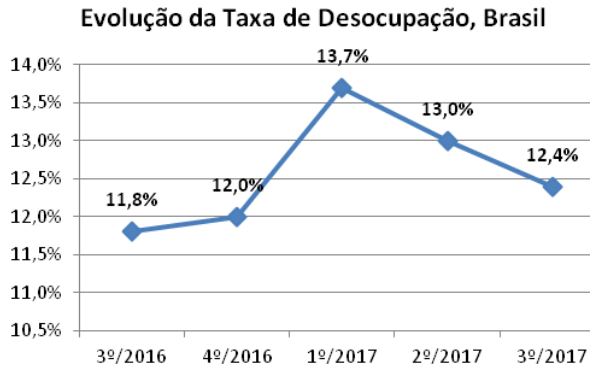
Esta seção apresenta um panorama geral da conjuntura, com base na análise dos principais indicadores do mercado de trabalho. Os dados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTb.

No terceiro trimestre de 2017, a PEA brasileira era composta por 104.258.000 de pessoas, entre as quais 91.297.000 (87,6%) estavam ocupadas e 12.961.00 (12,4%) estava em situação de desocupação.



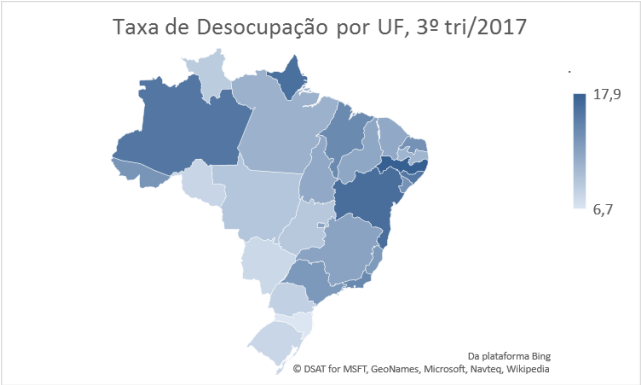
Desocupação

No período que vai até o 1º trimestre de 2017, a taxa de desocupação apresentou aumento significativo, chegando ao valor máximo de 13,7%. A partir do 2º trimestre de 2017, a taxa de desocupação apresenta tendência de queda.



Fonte: PNADC-IBGE

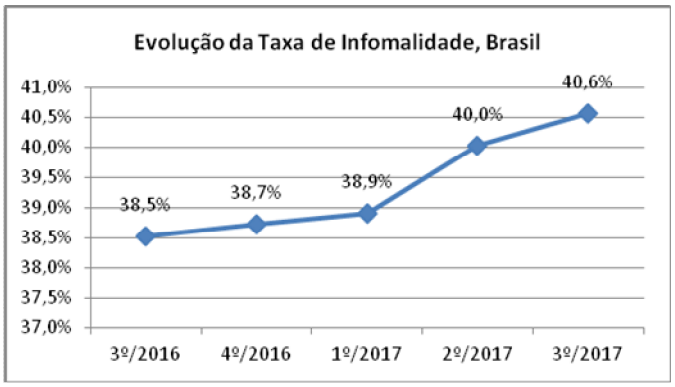
No que se refere à taxa de desocupação por UF, conforme Mapa abaixo, observa-se grande disparidade regional, sendo as maiores taxas observadas em Pernambuco (17,9%), Bahia (16,7%) e Amapá (16,6%) e as menores em Santa Catarina (6,7%), Mato Grosso do Sul (7,9%) e Rio Grande do Sul (8,0%).



Fonte: PNADC-IBGE

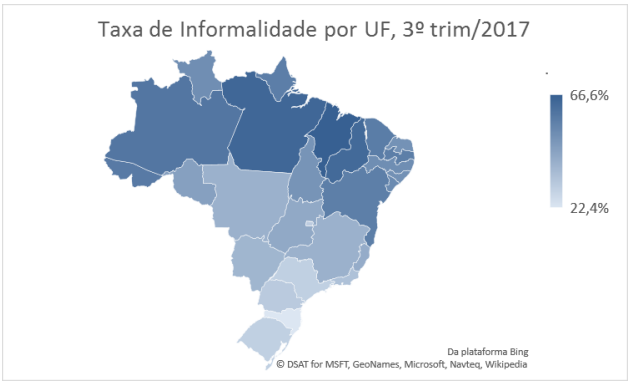
Informalidade

No terceiro trimestre de 2017 40,6% do total de ocupados encontravam-se na informalidade. Consideram-se informais trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada, empregadores e trabalhadores por contaprópria que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares. Ao contrário da taxa de desocupação, a taxa de infomalidade não revelou tendência de queda, apresentando elevação especialmente no segundo e terceiro trimestres de 2017.



Fonte: PNADC-IBGE

Considerdando-se a taxa de informalidade por UF, tem-se que a menor taxa também encontra-se em Santa Catarina (22,4%), seguida dos estados de São Paulo (29,8%) e Rio Grande do Sul (29,8%). Os Estados que apresentam maiores taxas são o Maranhão (66,6%), Pará (64,2%) e Piauí (63,4%).



Fonte: PNADC-IBGE

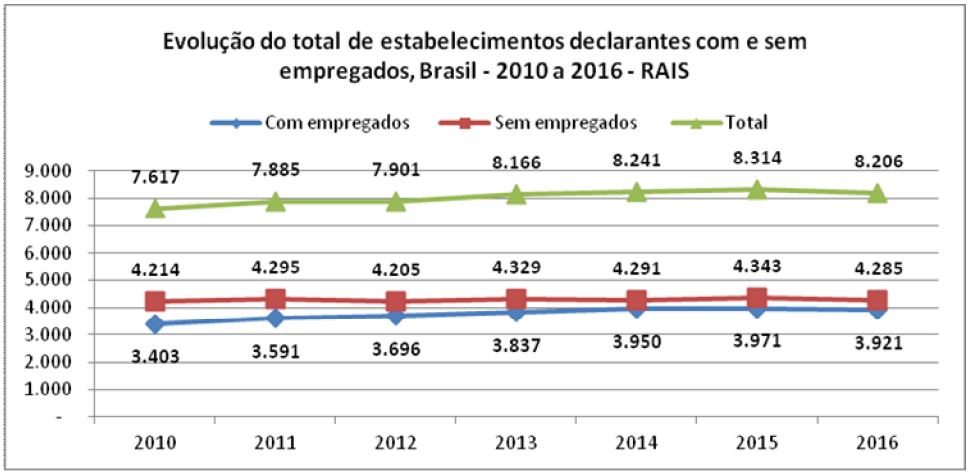
Mercado de Trabalho Formal

No que se refere ao mercado de trabalho formal, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), observou-se uma redução de -4,16% do total de vínculos ativos no país entre 2015 e 2016, o que representa -2.000.609 vínculos. Conforme tabela abaixo, o estado do Amapá foi o único a apresentar uma variação positiva e Ceará e Pará foram os estados que mais sofreram com a perda de vínculos.

Em relação ao total de estabelecimentos declarantes, observa-se um aumento de 2010 a 2015, verificando-se redução apenas no ano de 2016. Os estabelecimentos sem empregados mantiveram uma estabilidade relativa, enquanto os estabelecimentos declarantes com empregados apresentaram tendência de crescimento.

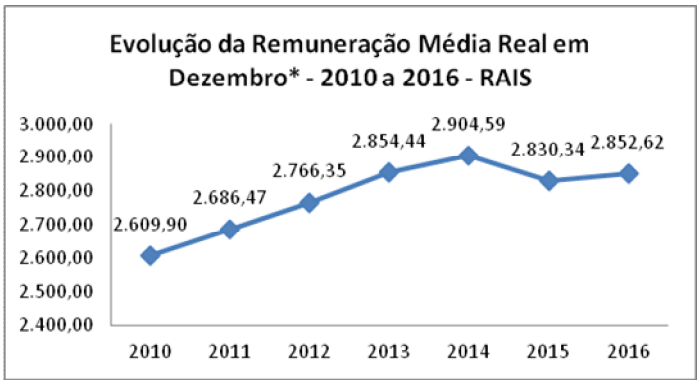
Número de vínculos ativos por UF - RAIS				
UF	2015	2016	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Amapá	121.913	125.591	3.678	3,02
Roraima	96.564	94.574	-1.990	-2,06
Acre	136.011	128.137	-7.874	-5,79
Tocantins	274.645	264.230	-10.415	-3,79
Mato Grosso do Sul	645.620	633.554	-12.066	-1,87
Distrito Federal	1.263.872	1.250.750	-13.122	-1,04
Rondônia	358.661	341.197	-17.464	-4,87
Alagoas	509.275	490.272	-19.003	-3,73
Piauí	460.776	441.693	-19.083	-4,14
Sergipe	404.968	383.073	-21.895	-5,41
Maranhão	722.866	700.200	-22.666	-3,14
Rio Grande do Norte	608.866	585.969	-22.897	-3,76
Mato Grosso	800.822	771.627	-29.195	-3,65
Paraíba	667.030	634.632	-32.398	-4,86
Amazonas	611.161	572.035	-39.126	-6,4
Santa Catarina	2.214.292	2.167.923	-46.369	-2,09
Goiás	1.501.397	1.445.943	-55.454	-3,69
Espírito Santo	924.742	868.873	-55.869	-6,04
Pará	1.125.629	1.053.271	-72.358	-6,43
Pernambuco	1.670.335	1.585.654	-84.681	-5,07
Rio Grande do Sul	3.005.549	2.910.883	-94.666	-3,15
Ceará	1.542.759	1.443.365	-99.394	-6,44
Paraná	3.113.204	3.013.105	-100.099	-3,22
Bahia	2.312.404	2.171.345	-141.059	-6,1
Minas Gerais	4.821.116	4.628.701	-192.415	-3,99
Rio de Janeiro	4.448.859	4.159.481	-289.378	-6,5
São Paulo	13.697.471	13.194.120	-503.351	-3,67
Total	**48.060.807**	**46.060.198**	**-2.000.609**	**-4,16**

Fonte: RAIS/MTb.

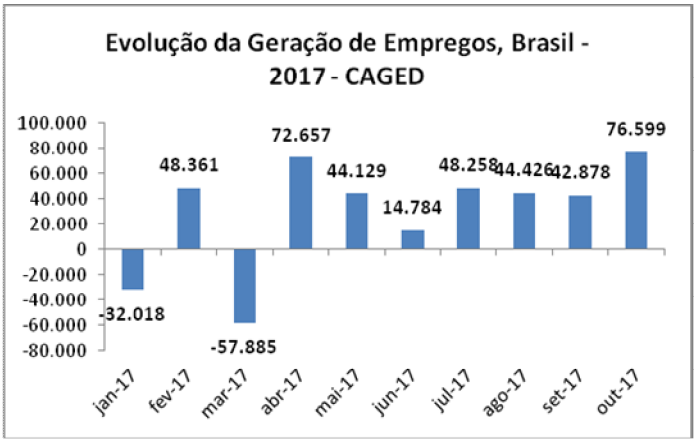


Fonte: RAIS/MTb.

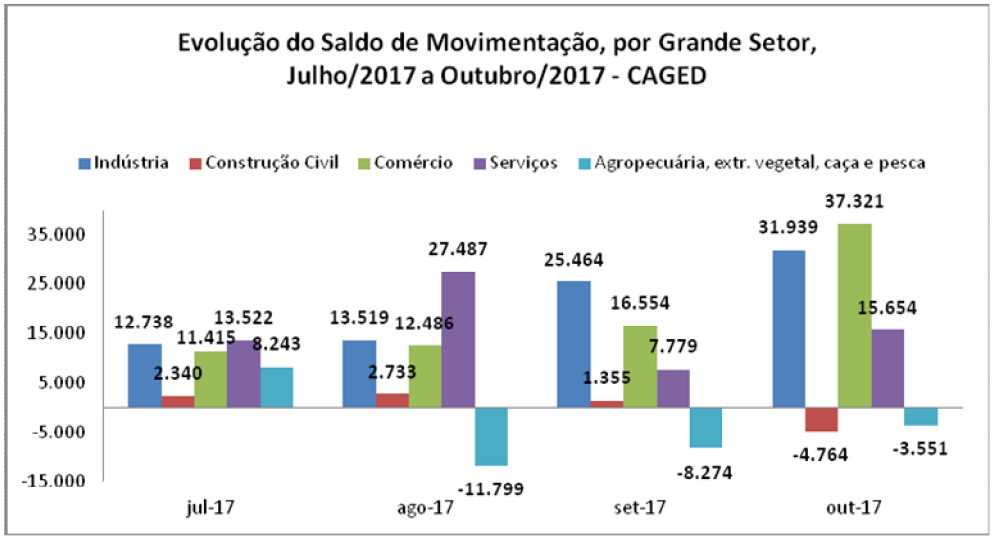
No que se refere à remuneração média real em dezembro, observa-se uma tendência de crescimento de 2010 a 2014, interrompida em 2015, quando houve uma redução, e relativa estabilidade em 2016.



Por fim, ao analisarmos o comportamento do mercado de trabalho em 2017, de acordo com Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), observou-se oito meses de saldo positivo, sendo o maior Outubro, com a geração de 76.599 novos postos de trabalho formais.



No que se refere ao comportamento dos setores de atividade no período recente, observa-se uma tendência de crescimento na indústria e comércio. No entanto, não é possível afirmar se esta tendência será confirmada nos próximos meses.

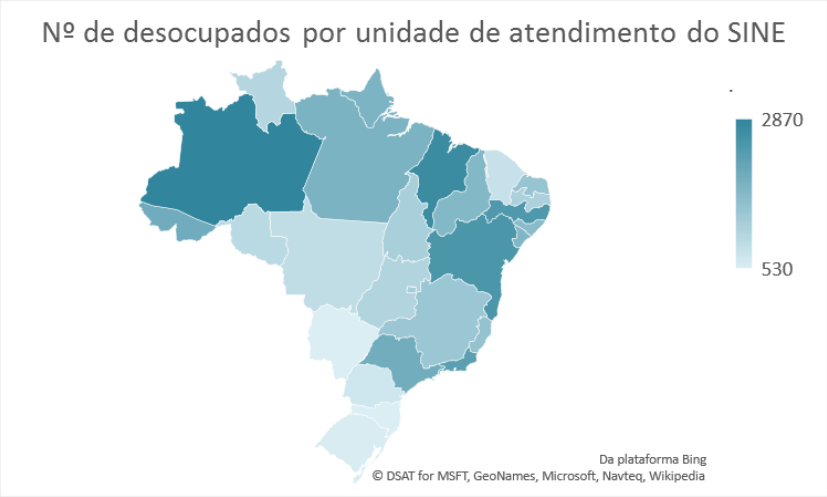


Fonte: CAGED/MTb

2. Rede de Atendimento do SINE

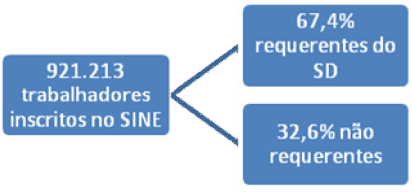
Diante do atual cenário do mercado de trabalho, o Ministério do trabalho tem implementado políticas públicas que visam a inserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho. Nesse contexto, a Rede de Atendimento do SINE pode ser considerada a porta de entrada do trabalhador ao Sistema Público de Emprego e principal meio para acesso às políticas ativas e passivas.

O Mapa abaixo apresenta o número de trabalhadores desocupados por unidade de atendimento do SINE (consideram-se unidades conveniadas e do Ministério do Trabalho). Os estados do Norte e Nordeste são aqueles em que há maior número de desocupados por unidade de atendimento apontando para um possível déficit da Rede de atendimento nessas regiões. Ao mesmo tempo, conforme visto na seção anterior, estes são os estados que apresentam maiores taxas de informalidade, ou seja, ao se pensar a implementação de políticas públicas nessas regiões, deve-se considerar o desafio de garantir proteção social ao público que atualmente se encontra na informalidade.



3. Intermediação de Mão-de-Obra (IMO)

Nesta seção apresenta-se os principais dados e indicadores de acompanhamento da política de intermediação de mão-de-obra executada pelo SINE. Os dados são provenientes da base de gestão da IMO. Foi traçada a caracterização por recorte de gênero, faixa etária, escolaridade, ocupação e setor de atuação.



No terceiro trimestre de 2017, houve 921.213 de trabalhadores inscritos no SINE, desse total, 67,4% eram requerentes do Seguro Desemprego (SD).

Perfil dos Inscritos

Levando em consideração o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE, em relação ao sexo, faixa etária e grau de instrução, percebe-se que há distinções entre aqueles que eram requerentes do Seguro Desemprego e aqueles que buscaram o SINE apenas à procura de uma vaga de emprego (não requerentes).

Entre os requerentes do SD, 56,4% eram homens e observa-se concentração na faixa etária de 18 a 24 anos (27,3%) e 30 a 39 anos (26,8%); e na população com ensino médio completo (50,9%). Já entre os não requerentes, predomina o sexo feminino (54,3%) e a concentração na faixa etária de 18 a 24 anos é bem maior, de 52,5%. Em relação a escolaridade, ainda que a maior concentração se dê na população com ensino médio completo (40,3%), observa-se que essa porcentagem é menor que nos trabalhadores requerentes. Nesse cenário, destaca-se à procura de emprego no SINE especialmente pelos mais jovens.

A seguir, mostra-se uma consolidação do perfil dos trabalhadores inscritos no SINE, requerentes ou não do SD, pelos recortes de gênero, faixa etária e escolaridade. Além disso, apresenta-se uma tabela com o perfil dos desocupados. Fazendo-se uma comparação, é possível observar que há uma porcentagem de pessoas desocupadas, considerando certa caracterização, maior do que o SINE consegue alcançar, como por exemplo, aqueles sem grau de instrução.

PERFIL DOS INSCRITOS NO SINE (%), 3º trimestre de 2017		
	Requerente do SD	Não requerente do SD
Sexo		
Homens	56,4%	45,7%
Mulheres	43,6%	54,3%
Faixa etária		
Até 17 anos	0,4%	12,3%
18 a 24 anos	27,3%	52,5%
25 a 29 anos	14,9%	8,8%
30 a 39 anos	26,8%	12,3%
40 a 49 anos	18,6%	8,2%
50 a 64 anos	11,5%	5,5%
65 anos ou mais	0,3%	0,4%
Grau de instrução		
Sem instrução	0,8%	0,3%
Ensino fundamental incompleto	13,9%	15,4%
Ensino fundamental completo	10,1%	7,2%
Ensino médio incompleto	10,2%	25,2%
Ensino médio completo	50,9%	40,3%
Ensino superior incompleto	4,6%	7,1%
Ensino superior completo	9,6%	4,5%
Total	100,0%	100,0%
Fonte: BGIMO/MTb		

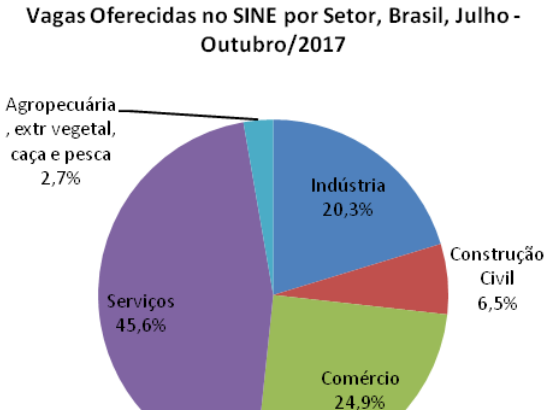
PERFIL DA POPULAÇÃO DESOCUPADA (%), 3º trimestre de 2017	
Sexo	
Homens	49,2%
Mulheres	50,8%
Faixa etária	
Até 17 anos	8,3%
18 a 24 anos	32,6%
25 a 29 anos	13,5%
30 a 39 anos	20,7%
40 a 49 anos	14,1%
50 a 64 anos	10,1%
65 anos ou mais	0,7%
Grau de instrução	
Sem instrução	2,8%
Ensino fundamental incompleto	22,0%
Ensino fundamental completo	10,7%
Ensino médio incompleto	12,5%
Ensino médio completo	37,1%
Ensino superior incompleto	6,5%
Ensino superior completo	8,4%
Total	100%
Fonte: PNADC/IBGE	

Perfil das vagas ofertadas no SINE

No que se refere às vagas de emprego oferecidas pelo SINE, observa-se que, no acumulado de julho a outubro de 2017, a grande maioria (45,6%) era no setor de serviços, seguida pelo comércio (24,9%) e indústria (20,3%). As principais ocupações das vagas oferecidas foram: Alimentador de Linha de Produção, Faxineiro e Vendedor de Comércio Varejista. As ocupações com maior oferta de vagas, nesse período, podem ser observadas na tabela abaixo, bem como a distribuição por setor.

Quantidade de vagas oferecidas no SINE por CBO Ocupação (20+)		
Ocupação (20+)	**Julho-Outubro/2017**	**%**
Alimentador de Linha de Produção	31.421	8,2%
Faxineiro	18.041	4,7%
Vendedor de Comercio Varejista	17.744	4,6%
Operador de Caixa	14.306	3,7%
Atendente de lojas e mercados	11.735	3,1%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	10.431	2,7%
Auxiliar de Escritório, em Geral	9.466	2,5%
Repositor de Mercadorias	9.130	2,4%
Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	8.522	2,2%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	7.992	2,1%
Operador de Telemarketing Receptivo	7.498	1,9%
Vendedor Pracista	7.170	1,9%
Servente de Obras	7.053	1,8%
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Inte	6.831	1,8%
Operador de Telemarketing Ativo	6.166	1,6%
Trabalhador da Cultura de Cana-De-Açúcar	6.123	1,6%
Atendente de Lanchonete	6.116	1,6%
Ajudante de Motorista	4.691	1,2%
Porteiro de Edifícios	4.302	1,1%
Garçom	4.156	1,1%
Total	198.894	51,7%

Fonte: BGIMO/MTb

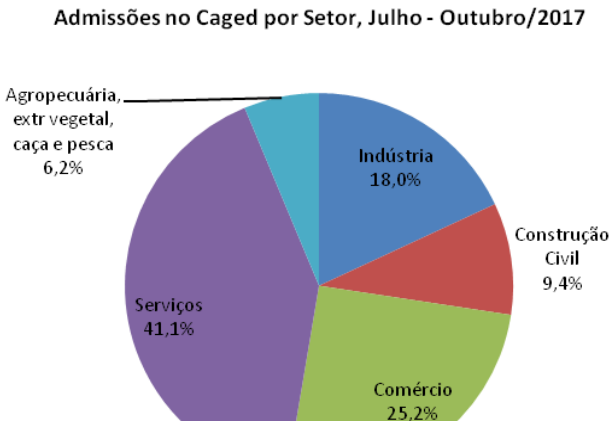


Fonte: BGIMO/MTb

Quando comparamos com as admissões no mercado formal, do ponto de vista setorial e ocupacional, observa-se que as vagas oferecidas no SINE têm perfil semelhante.

Total de admissões no CAGED por CBO Ocupação (20+)		
Ocupação (20+)	**Julho-Outubro/2017**	**%**
Vendedor de Comercio Varejista	339.351	6,2%
Auxiliar de Escritório, em Geral	237.373	4,4%
Faxineiro	201.622	3,7%
Alimentador de Linha de Produção	186.337	3,4%
Servente de Obras	176.493	3,2%
Assistente Administrativo	162.840	3,0%
Operador de Caixa	143.203	2,6%
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	93.403	1,7%
Repositor de Mercadorias	90.951	1,7%
Atendente de Lanchonete	89.063	1,6%
Pedreiro	84.451	1,6%
Recepcionista, em Geral	79.719	1,5%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	72.878	1,3%
Cozinheiro Geral	69.253	1,3%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	64.569	1,2%
Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	62.898	1,2%
Trabalhador Agropecuário em Geral	61.139	1,1%
Almoxarife	59.890	1,1%
Porteiro de Edifícios	59.062	1,1%
Atendente de Lojas e Mercados	54.411	1,0%
Total	53.865	43,8%

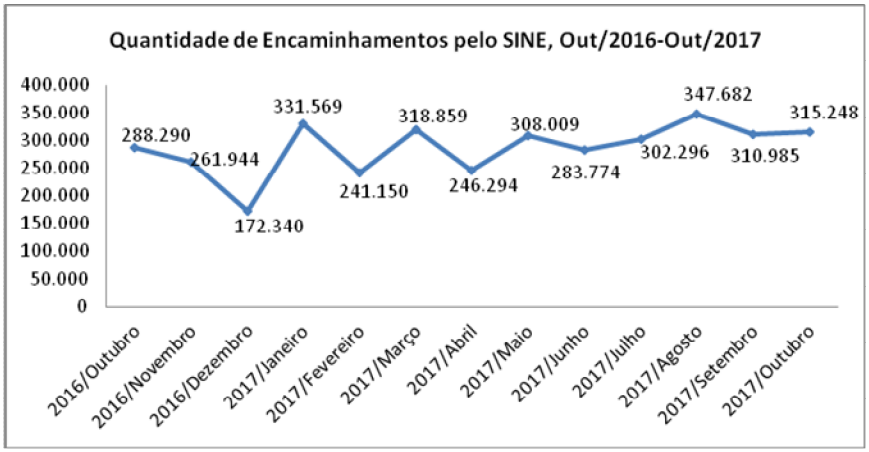
Fonte: Caged/MTb



Fonte: Caged/MTb

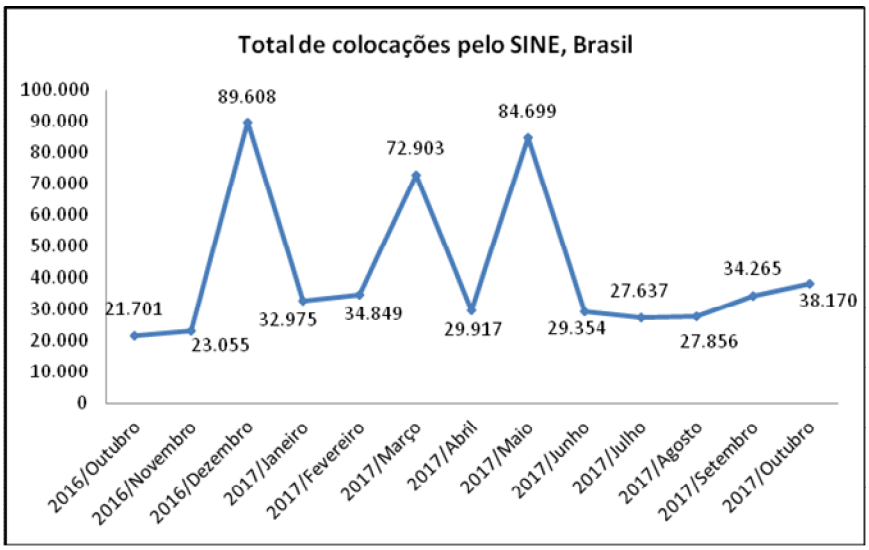
Indicadores de efetividade do SINE

Em relação ao total de encaminhamentos para vagas de emprego realizados pelo SINE, observa-se que não houve oscilação muito grande nos últimos 13 meses. Janeiro e agosto de 2017 foram os que apresentaram maior número de encaminhamentos, já dezembro/2016, foi o menor valor no período.



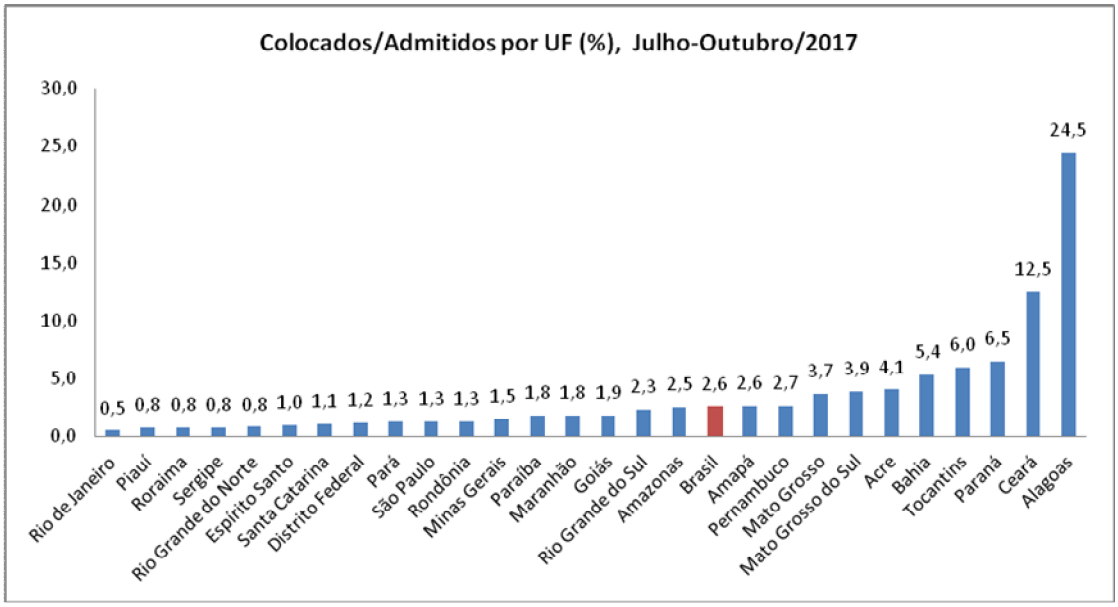
Fonte: BGIMO/MTb

Em relação aos trabalhadores que conseguiram uma colocação no mercado de trabalho formal por intermédio do SINE, observa-se maior quantidade nos meses de dezembro de 2016, e março e maio de 2017. Houve um aumento de 75,9% na quantidade de colocações em outubro de 2017 (38,1 mil) em relação ao mesmo mês em 2016 (21,7 mil). Cabe ainda ressaltar, que em outubro de 2017, 13% das colocações foram de trabalhadores requentes do seguro desemprego.



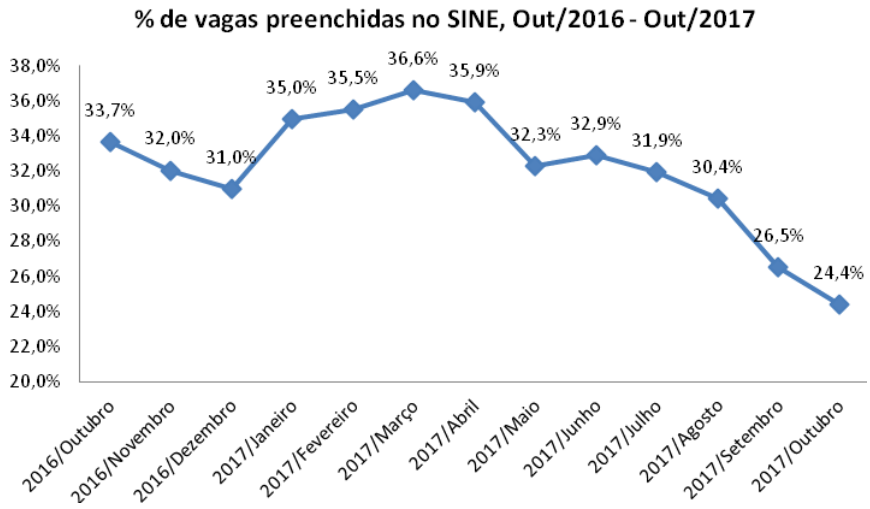
Fonte: BGIMO/MTb

Outro indicador considerado é a razão entre o total de colocados pelo SINE e o total de admitidos no mercado de trabalho formal, que reflete a contribuição do SINE para a dinâmica do mercado de trabalho. De julho a outubro de 2017, na média nacional, 2,6% das admissões no mercado de trabalho formal se deram por meio da política de intermediação de mão-de-obra do SINE. A análise regional revela grande disparidade entre os estados, sendo Tocantins, Paraná Ceará e Alagoas aqueles que apresentaram melhor desempenho no período.



Fonte: BGIMO/MTb e Caged/MTb

Observa-se que, em média, a participação do SINE no total de admissões no mercado de trabalho formal é baixa. Apesar de termos grande oferta de vagas de emprego, o percentual das vagas que são efetivamente preenchidas está em torno de 31,9%. Nos últimos 13 meses, houve uma queda de -28,0% nesse indicador.



Fonte: BGIMO/MTb

O não preenchimento das vagas ofertadas pode ocorrer, entre outros fatores, em função da falta de mão-de-obra qualificada. A tabela abaixo apresenta o número de trabalhadores inscritos por ocupação pretendida informada, bem como o número de vagas oferecidas e preenchidas. Percebe-se que há um percentual de vagas ofertadas que não estão sendo preenchidas, mesmo havendo um grande número de trabalhadores com o mesmo perfil em termos de pretensão ocupacional. Tais dados apontam para os desafios enfrentados na implementação da política de intermediação de mão-de-obra no SINE que, tendo em vista a melhoria da eficiência do serviço, devem ser investigados. .

Quantidade de trabalhadores inscritos e vagas oferecidas e preenchidas no SINE por CBO Ocupação (20+), Julho – Outubro/2017

Ocupação Pretendida	Trabalhadores Inscritos	Vagas Oferecidas	Vagas Preenchidas
Vendedor de Comercio Varejista	136.930	17.744	3.017
Auxiliar de Escritório, em Geral	132.184	9.466	3.282
Alimentador de Linha de Produção	102.148	31.421	14.628
Atendente de lojas e mercados	96.520	11.735	1.875
Faxineiro	90.517	18.041	5.201
Recepcionista, em Geral	83.089	4.153	1.249
Repositor de Mercadorias	78.560	9.130	2.156
Operador de Caixa	74.474	14.306	3.356
Assistente Administrativo	42.577	3.409	2.153
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	42.445	10.431	1.626
Servente de Obras	40.451	7.053	3.277
Atendente de Lanchonete	37.641	6.116	827
Embalador, a Mão	32.896	4.114	1.047
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	28.742	7.992	1.699
Operador de Telemarketing Receptivo	26.655	7.498	806
Empregado Doméstico nos Serviços Gerais	25.672	3.319	862
Trabalhador da Manutenção de Edificações	22.605	3.141	1.157
Ajudante de Motorista	22.291	4.691	1.044
Garçom	20.496	4.156	636
Almoxarife	19.212	2.677	606

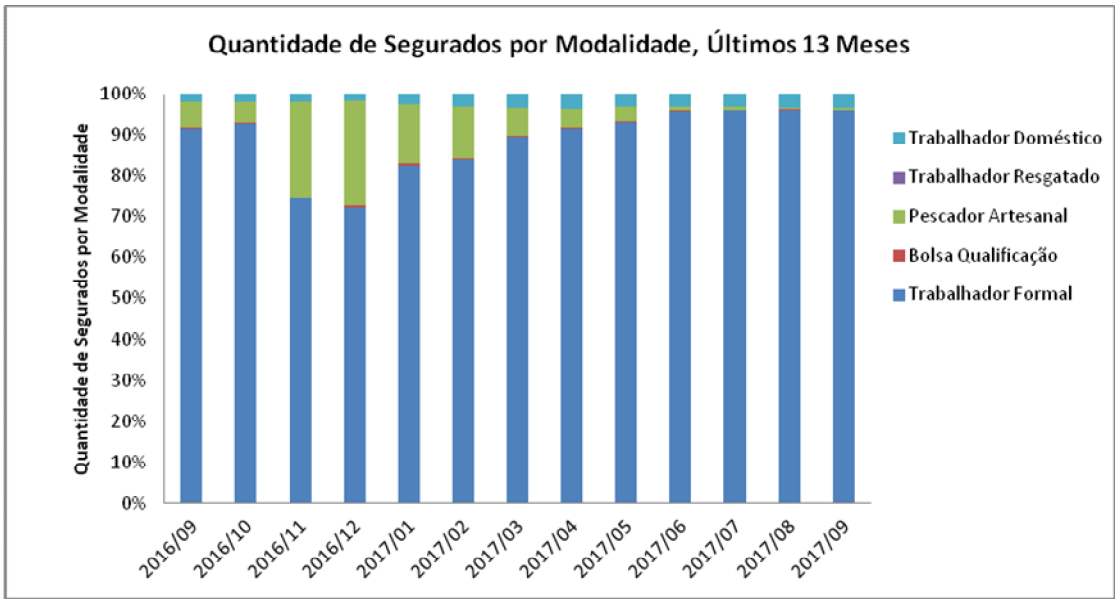
Fonte: BGIMO/MTb

4. Seguro-Desemprego

Nesta seção são apresentados alguns dados e indicadores sobre o Seguro-Desemprego. As bases de dados utilizadas são a base de gestão do CAGED e a base de gestão do Seguro-Desemprego.

O programa do Seguro-Desemprego

De janeiro a setembro de 2017, em média 610.823 requerentes do seguro desemprego por alguma das modalidades conseguiu receber o direito por mês. Abaixo é apresentada uma tabela com a evolução da quantidade de segurados por modalidade nos últimos 13 meses.

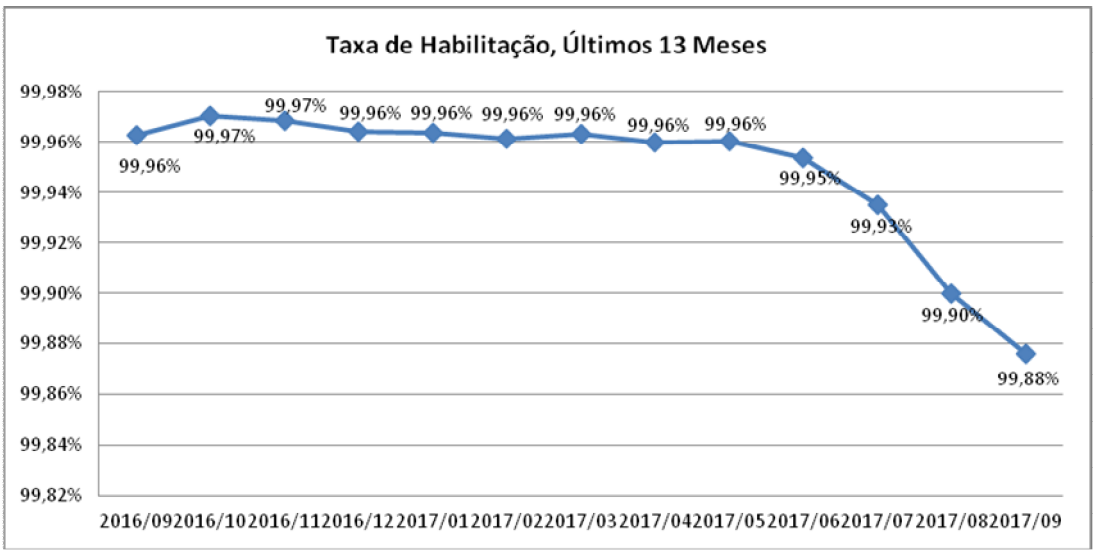


Fonte: BGSD/MTb

Observa-se que a grande maioria dos novos segurados se insere na modalidade do trabalhador formal. Nota-se também que em novembro e dezembro de 2016 houve um pico de novos segurados pela modalidade do Pescador Artesanal com cerca de 400 mil novos segurados por esta modalidade, período que coincide com o auge da época de defeso nas localidades onde se concentra a pesca artesanal no Brasil.

Taxa de Habilitação

A taxa de habilitação do seguro desemprego é um indicador calculado como a razão da quantidade de segurados no período pela quantidade de requerentes do seguro desemprego no período.

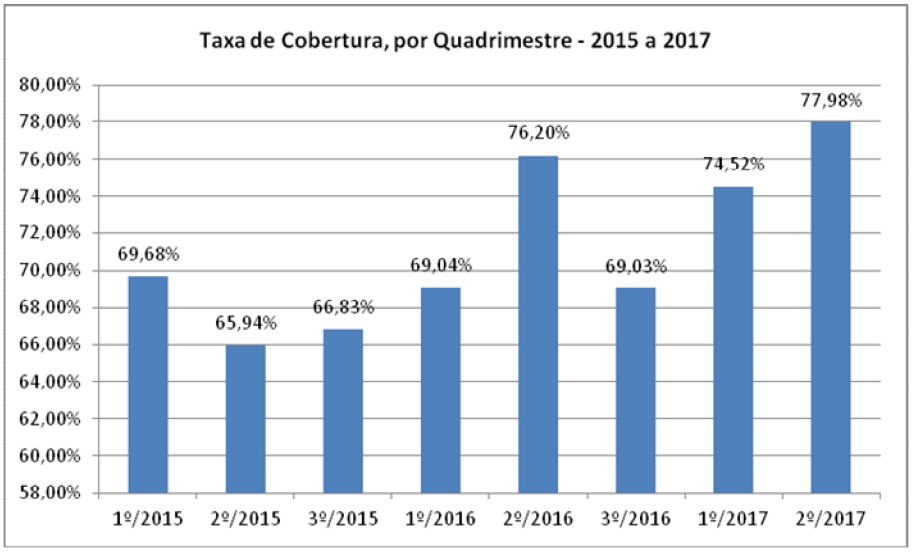


Destacam-se os altos valores de taxa de habilitação para o seguro desemprego, revelando que a expectativa dos trabalhadores, juntamente com o serviço de atendimento ao requerente, vem mantendo sua elevada performance de desempenho, apesar da tendências de queda nos últimos meses, a qual, entretanto, tem pouca expressividade.

Taxa de Cobertura

A taxa de cobertura do seguro-desemprego é um indicador calculado pela razão da quantidade de segurados no período e a quantidade de desligados que são potenciais requerentes pelos dados do CAGED. Para a estimação dos potenciais requerentes do seguro desemprego através do CAGED foram considerados os desligados com tipo de desligamento sem justa causa.

A evolução quadrimestral mostra uma tendência de crescimento da taxa de cobertura do seguro desemprego. Este movimento está relacionado a uma persistente queda dos desligamentos sem justa causa em relação à quantidade de segurados. Quando comparado o primeiro quadrimestre de 2015 ao segundo de 2017, a quantidade de desligados apresentou uma queda de 24,33% enquanto a quantidade de segurados diminuiu 15,32%.



Fonte: BGSD/MTb

Perfil dos Segurados

Nesta seção são apresentadas as características de faixa etária e gênero dos segurados nos meses de junho a setembro de 2017. Os dados mostram que a maioria dos segurados são homens representando cerca de 60% do total. Todavia, as mulheres apresentam uma taxa de cobertura superior à masculina (83,54% contra 74,73%).

PERFIL DOS SEGURADOS (%), de junho a setembro de 2017		
	Segurados	Taxa de Cobertura
Sexo		
Homens	1.396.804	74,73%
Mulheres	912.596	83,54%
Faixa etária		
Até 17 anos	3.150	27,04%
18 a 24 anos	418.850	70,51%
25 a 29 anos	448.895	80,11%
30 a 39 anos	769.320	81,65%
40 a 49 anos	438.180	83,11%
50 a 64 anos	226.539	74,30%
65 anos ou mais	4.461	20,93%

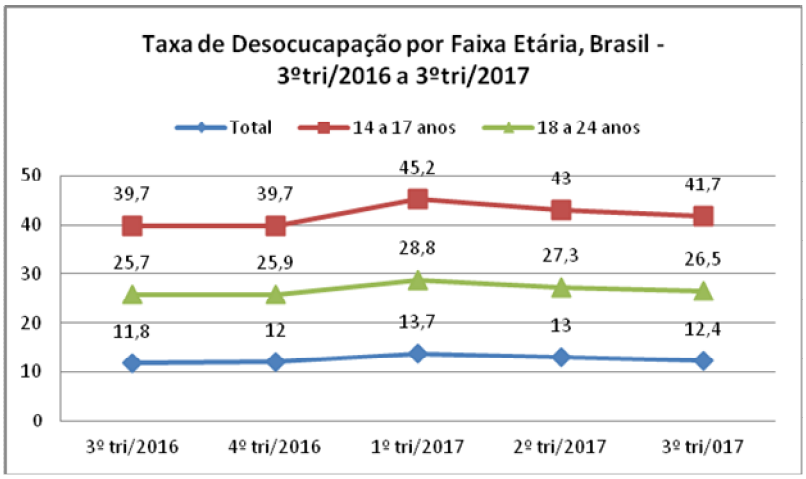
Fonte: BGSD/MTb e BGCAGED/MTb

Por faixa etária a distribuição da quantidade de segurados e da taxa de cobertura apresenta, em geral, valores maiores para as faixas medianas de idade e valores menores para faixas mais jovens e mais idosas. Vale ressaltar os maiores valores de segurados e de taxa de cobertura na faixa de 40 a 49 anos.

5. Qualificação profissional

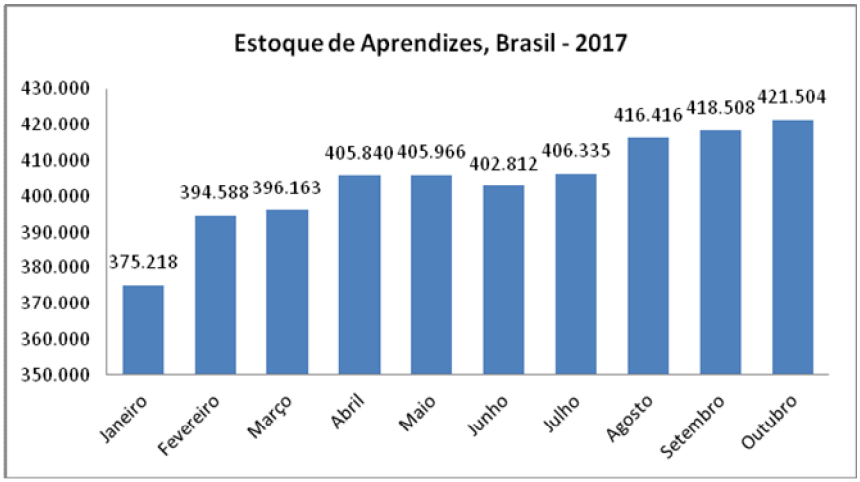
Aprendizagem Profissional

Em relação ao público da aprendizagem profissional, observa-se alta taxa de desocupação para o grupo de 14 a 17 anos, apresentando seu maior índice no 1º trimestre de 2017 (45,2%). A taxa de desocupação do grupo de 18 a 24 anos mantém uma estabilidade relativa e também apresenta seu maior percentual no 1º trimestre de 2017. Observa-se uma tendência de queda para os dois grupos nos últimos seis meses.



Fonte: PNADC/IBGE

Com base nos dados fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), obtemos o estoque referente ao valor total de aprendizes ocupados durante o ano de 2017. Nota-se um aumento gradativo e significativo nos resultados de estoque, encerrando em outubro com um total de 421.504 (quatrocentos e vinte um mil quinhentos e quatro) aprendizes.



Fonte: RAIS e CAGEDMTb.

Em relação à representação dos aprendizes no mercado de trabalho, observa-se que do total de jovens de 14 a 24 anos admitidos de julho a outubro de 2017, 9,2% eram aprendizes. Esse percentual foi mais alto nos setores de extrativa mineral (26,5%) e serviços industriais de utilidade pública (25,5%).

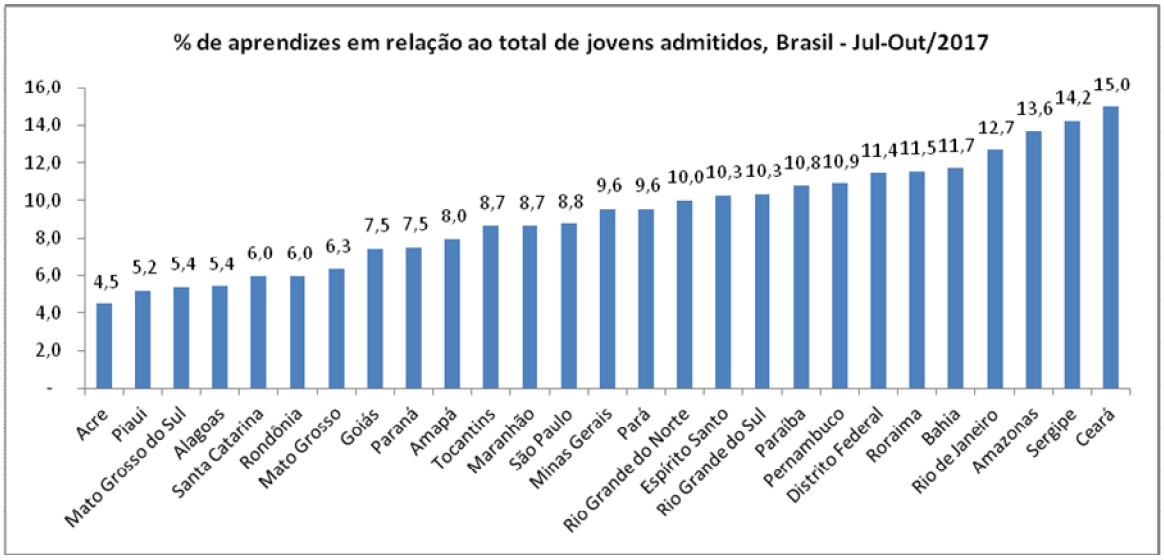
Fonte: CAGED/MTb.

No que se refere à ocupação, a tabela abaixo apresenta o ranking das maiores ocupações entre os aprendizes. Destaca-se que entre os jovens admitidos no período como "mecânico de manutenção de máquinas" e "ajustador mecânico", 59,8% e 59,6% foram contratados como aprendizes, respectivamente. Para as ocupações de "auxiliar de escritório" e "assistente administrativo", que são as mais representativas entre os aprendizes, esse percentual é de 43,6% e 41,7% respectivamente.

Total de Admissões de Jovens por Ocupação – Jul/2017 a Out/2017				
Ocupação	**Aprendiz**		**Total**	**% aprendiz**
	Não	**Sim**		
Total	1.387.703	140.286	1.527.989	9,2%
Auxiliar de Escritório, em Geral	70.219	54.252	124.471	43,6%
Assistente Administrativo	38.542	27.530	66.072	41,7%
Vendedor de Comércio Varejista	125.708	8.305	134.013	6,2%
Repositor de Mercadorias	38.860	8.278	47.138	17,6%
Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral	3.346	4.970	8.316	59,8%
Alimentador de Linha de Produção	70.080	4.067	74.147	5,5%
Embalador, a Mao.	24.524	2.695	27.219	9,9%
Contínuo	9.099	1.526	10.625	14,4%
Trabalhador Polivalente da Confecção de Calçados	5.641	1.524	7.165	21,3%
Ajustador Mecânico	1.007	1.488	2.495	59,6%

Fonte: CAGED/MTb.

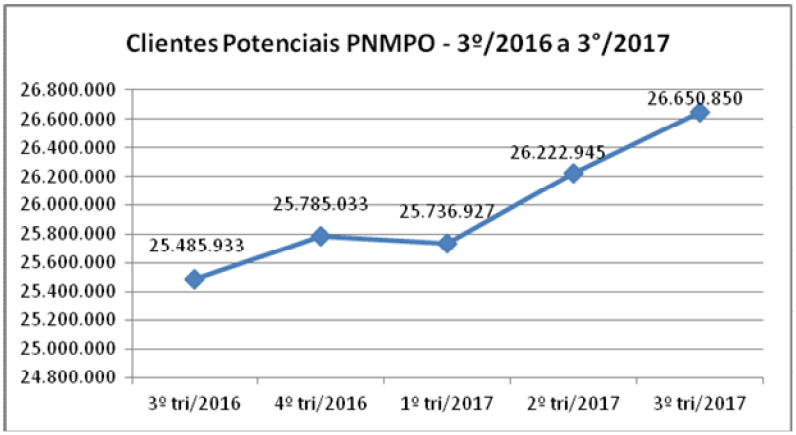
No gráfico abaixo exibimos os percentuais de aprendizes ocupados em relação ao total de jovens por Unidades de Federação. Ceará, Sergipe e Amazonas lideram com 14,96%, 14,22% e 13,65%. O Acre encontra-se na última colocação, com apenas 4,47% de admissões em relação ao total de jovens.



Fonte: CAGED/MTb.

6. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

Nesta seção apresentamos análise sobre o público potencial do PNMPO, medido como o total de empreendedores (empregadores e trabalhadores por conta própria), com renda até R$10.000,00 mensais, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE).



Fonte: PNADC/IBGE.

Observando evolução do público potencial do terceiro trimestre de 2016 ao terceiro trimestre de 2017 verifica-se um crescimento do público tomador de microcrédito. O ápice desse período foi encontrado no terceiro trimestre de 2017, em que se atingiu um público tomador potencial estimado de 26.650.850 empreendedores, com crescimento de +4,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

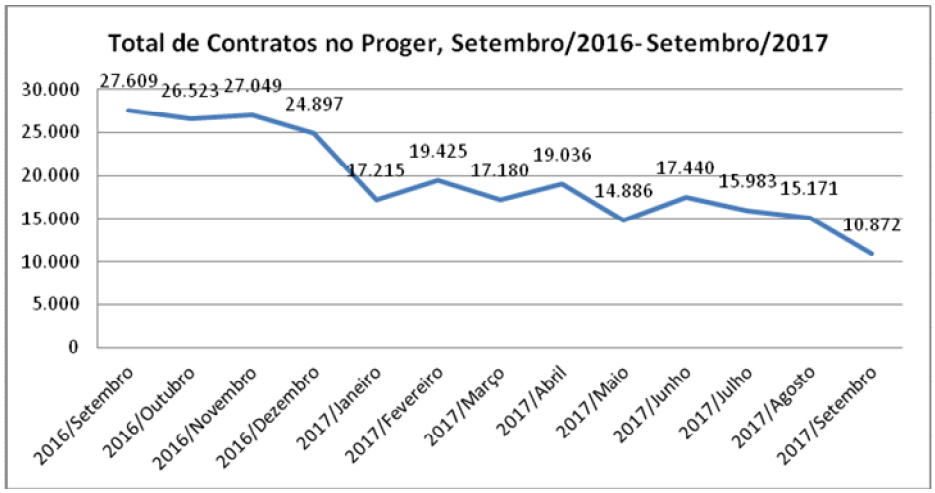
Em relação à distribuição do público potencial do programa por ocupação, verifica-se uma concentração nas 20 CBOs com maior frequência, as quais representam 61,7% do total. A ocupação de Comerciantes de lojas destaca-se representando 10,0% do público potencial. É seguido pela ocupação de pedreiros, que representa aproximadamente 8,56% do público potencial e de Agricultores, cujo percentual é de 6,85%.

Ranking das 20 maiores ocupações, Brasil - 1º trimestre de 2017		
Ocupação	**Freq.**	**%**
Comerciantes de lojas	2.679.671	10,05
Pedreiros	2.280.131	8,56
Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	1.824.649	6,85
Vendedores a domicilio	991.339	3,72
Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado	932.903	3,50
Cabeleireiros	900.287	3,38
Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes	761.675	2,86
Especialistas em tratamento de beleza e afins	708.041	2,66
Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação)	656.995	2,47
Balconistas e vendedores de lojas	504.342	1,89
Trabalhadores elementares da construção de edifícios	490.837	1,84
Advogados e juristas	470.196	1,76
Pintores e empapeladores	453.372	1,70
Mecânicos e reparadores de veículos a motor	452.859	1,70
Condutores de caminhões pesados	420.678	1,58
Vendedores ambulantes de serviços de alimentação	410.186	1,54
Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros	404.511	1,52
Cozinheiros	374.243	1,40
Vendedores de quiosques e postos de mercados	370.733	1,39
Gerentes de comércios atacadistas e varejistas	362.652	1,36
Total	**16.450.299**	**61,73**

Fonte: PNADC/IBGE.

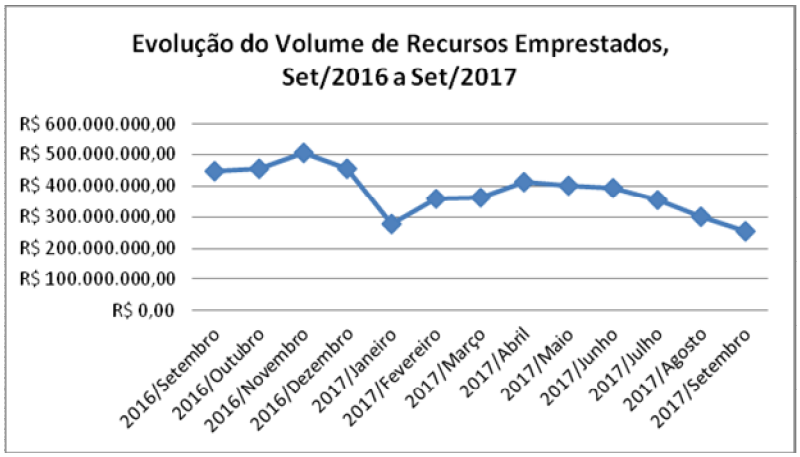
7. Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT (PROGER)

No período de setembro de 2016 a setembro de 2017 houve uma queda no total de contratos firmados no âmbito do PROGER, chegando a 10.872 contratos em setembro de 2017.



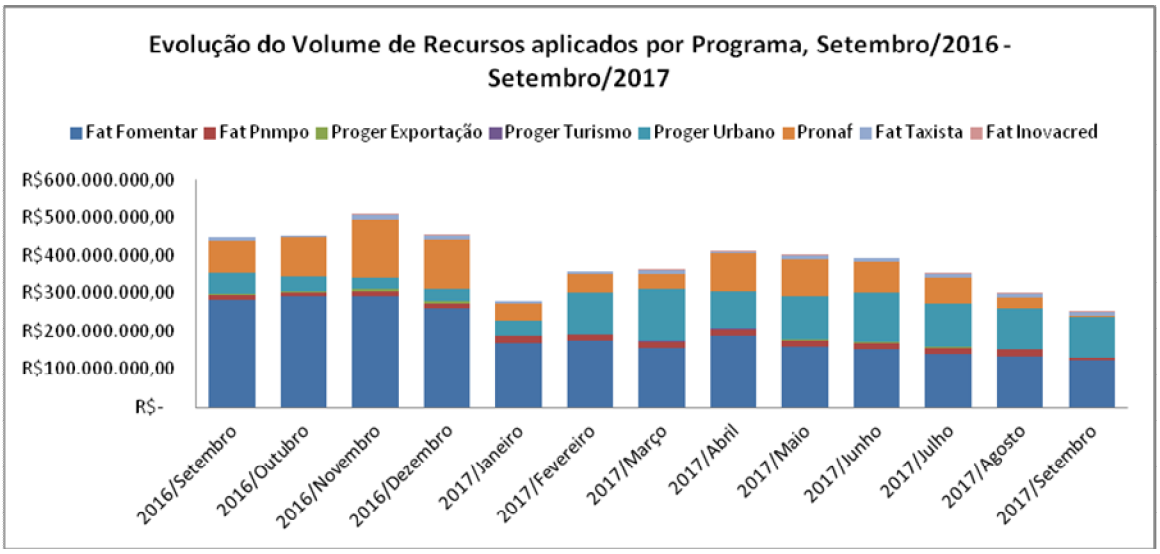
Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 08/12/2017.

Nesse período, o programa apresentou variação no valor emprestado por mês, com maior valor observado em Novembro de 2016 (R$ 507.259.571,03) e menor em Setembro de 2017 (R$ 252.586.713,61), como mostra o gráfico ao lado.



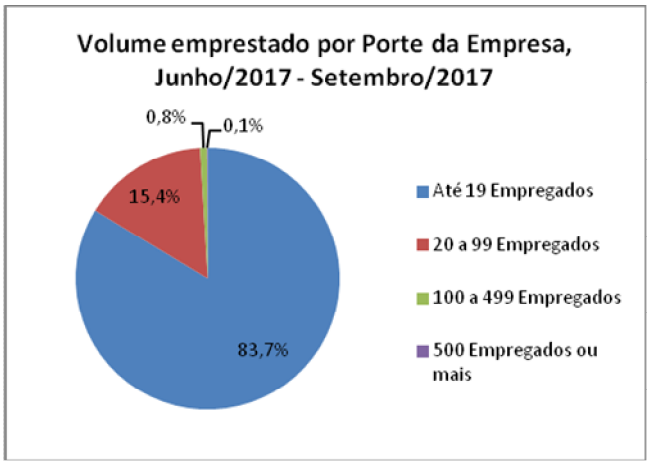
n
Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 08/12/2017.

Considerando-se os diferentes Programas de Crédito financiados com recursos do PROGER, tem-se a seguinte distribuição dos valores emprestados, com o pico em Novembro de 2017:



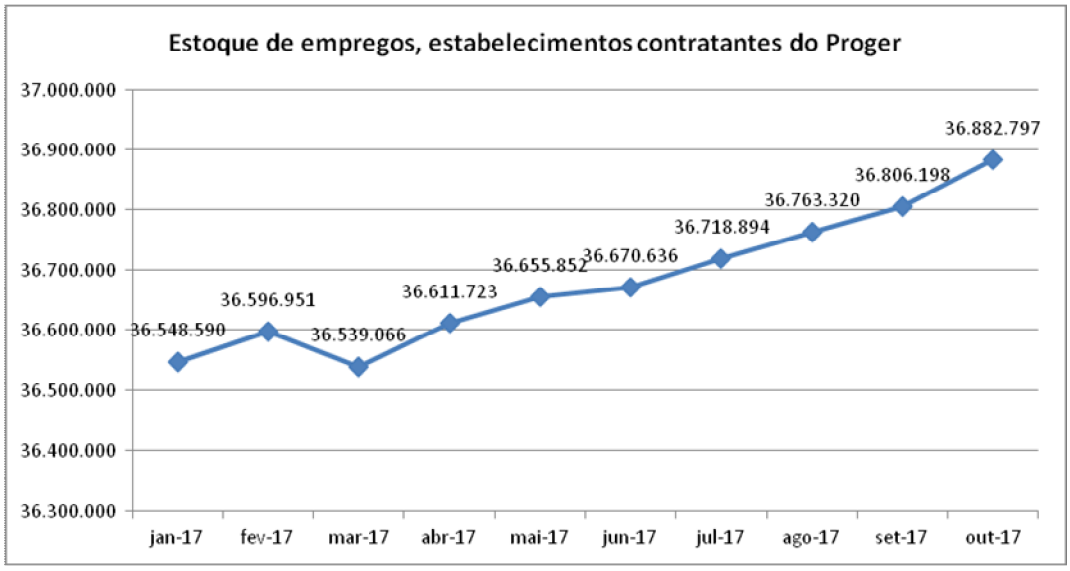
Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 08/12/2017.

Para o período de junho de 2017 a setembro de 2017, considerando-se a variável de porte da empresa, verifica-se que o maior volume emprestado realizado concentra-se nas empresas com até 19 empregados.



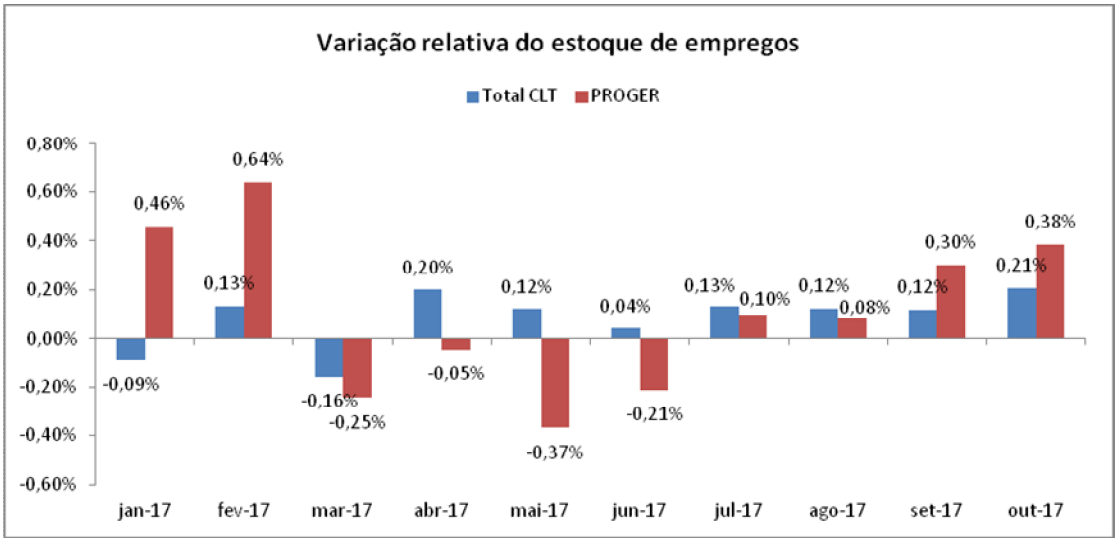
Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 08/12/2017.

Por fim, para analisarmos o resultado do programa em termos de geração de empregos, o Gráfico abaixo apresenta o estoque total de empregos referente aos estabelecimentos com contratos firmados em Dezembro no âmbito do PROGER e que declaram a RAIS. Acrescenta-se mês-a-mês, de acordo com o CAGED, o saldo entre admissões e desligamentos. Observa-se que no total, tais estabelecimentos apresentaram expansão em seu estoque de empregos.



Fonte: RAIS, CAGED e BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 08/12/2017.

Ao compararmos os vínculos ativos celetistas nos estabelecimentos do PROGER com o total de estabelecimentos verifica-se que em janeiro, fevereiro, setembro e outubro de 2017, os estabelecimentos geraram mais empregos, do ponto de vista relativo.



Fonte: RAIS, CAGED e BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 08/12/2017.

8. Abono Salarial

A taxa de cobertura do Abono Salarial é a razão entre o número de benefícios pagos e o numero de trabalhadores identificados. O quadro abaixo mostra a evolução do histórico de pagamentos PIS/PASEP de 2003 até Novembro de 2017.

Histórico de Pagamentos - BRASIL

EXERCÍCIO FINANCEIRO	PARTICIPANTES ABONO PIS/PASEP			VALORES ALOCADOS
	ABONOS IDENTIFICADOS	ABONOS PAGOS (*)	TAXA COBERTURA	RECURSOS (FAT)
2004/05	9.559.247	9.008.192	94,24%	2.320.658.203,32
2005/06	10.238.389	9.668.788	94,44%	2.841.802.523,00
2006/07	11.751.968	11.145.463	94,84%	3.814.587.154,77
2007/08	14.189.277	13.536.665	95,40%	5.025.114.269,28
2008/09	15.560.805	14.893.344	95,71%	6.052.640.073,06
2009/10	16.930.034	16.306.131	96,31%	7.417.689.565,14
2010/11	18.504.778	17.535.376	94,76%	8.813.738.341,82
2011/12	20.366.245	19.363.556	95,08%	10.464.059.581,64
2012/13	20.743.127	19.797.976	95,44%	12.216.896.645,92
2013/14	22.591.393	21.467.902	95,03%	14.470.749.245,19
2014/15	23.184.939	22.103.611	95,34%	15.930.921.888,68
2015/16	23.572.703	22.686.184	96,24%	18.867.296.710,27
2016/17	24.268.465	22.837.512	94,10%	16.020.406.612,11
2017/18 (1)	24.506.280	9.354.033	38,17%	6.881.766.888,15
TOTAL	**255.967.650**	**229.704.733**	-	-

Exercício 2017/2018 - De 01/07/2017 a 30/06/2018
(1) Dados preliminares até Novembro/2017

Entre 2007 e 2016, observa-se o incremento tanto dos abonos identificados quanto dos benefícios pagos. Por conseguinte, o bom desempenho da taxa de cobertura, acima de 95%, está ligado diretamente o aperfeiçoamento no processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício e a melhoria na qualidade da informação. O calendário de 2016/2017, que teve início em 01/07/2016, foi prorrogado excepcionalmente o seu período de saque até o dia 28/12/2017, em função da quantidade de Abonos que ainda encontram-se disponíveis para saque. Para facilitar o acesso às informações, encontra-se disponível no site do Ministério do Trabalho, consulta com a lista nominal de todos os trabalhadores com direito ao Abono referente ao calendário prorrogado.

9. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL

A Carteira de Trabalho Digital, lançada em novembro, em forma de aplicativo para celulares nas versões IOS e Android, funcionando como uma extensão da carteira de trabalho impressa, trazendo como novidades e benefícios, tais como agilidade e celeridade nos processos de requisição e emissão da Carteira de Trabalho impressa; e a integração das informações trabalhistas de diversos bancos de dados do governo federal, o que também contribuem para o aumento da segurança das informações.

EMISSÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A evolução da emissão da CTPS evidencia os esforços de modernizar o processo por meio da informatização e tornar o documento mais seguro, com o objetivo de dificultar rasuras e dificultar a ocorrência de fraudes contra o Seguro-Desemprego, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e os benefícios previdenciários.

Desde sua implementação, vem apresentando uma quantidade maior na emissão das carteiras informatizadas em relação às carteiras do modelo antigo (manual). O quinto bimestre de 2017 confirma esta tendência, sendo que nos meses de setembro e outubro, foram emitidas **587.721** unidades de CTPS no modelo informatizado e outras **178.346** no modelo manual, totalizando **766.067** carteiras, conforme tabela abaixo.

Quadro Comparativo – Número de CTPS emitidas por bimestre – 2017

Descrição	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre
	Janeiro e Fevereiro/2017	Março e Abril/2017	Maio e Junho/2017	Julho e Agosto/2017	Setembro e Outubro/2017
Modelo manual	256.915	209.964	189.876	201.465	178.346
Modelo informatizado	700.725	647.737	638.978	628.822	587.721
Total	**957.640**	**857.701**	**828.854**	**830.287**	**766.067**

Fonte: CIRP/CGCIPE/DER/SPPE/MTb

No mesmo período do ano passado, foram emitidas 371.380 CTPS informatizadas e 150.670 CTPS no modelo manual, totalizando 522.050 documentos emitidos ao cidadão brasileiro.

ANEXO

ATIVIDADES DE GESTÃO

Para o alcance dos resultados apresentados neste boletim, além das atividades de rotina das estruturas do Ministério do Trabalho e, no caso do SINE, também as ações dos convenentes DF, estados e municípios, vale destacar as atividades e eventos que ocorreram no período, visando imprimir melhoria à execução dessas políticas públicas.

Seguro Desemprego

Em novembro de 2017, foi disponibilizado o Módulo do Seguro-Desemprego no Emprega Brasil, o que permite aos trabalhadores realizarem um pré-requerimento ao benefício por meio da internet. Anteriormente, para encaminhar o Seguro-Desemprego o trabalhador precisava agendar o comparecimento presencial, preencher um formulário e entregar a documentação, atendimento este, em torno de 15 minutos. Apenas depois de comparecer ao posto de atendimento, começava a contar o prazo de 30 dias para recebimento do benefício. Com esta mudança, assim que receber a documentação para requerer o Seguro-Desemprego, o trabalhador poderá fazer o pedido imediatamente pela internet, por onde já poderá preencher o formulário de requerimento on-line. Ressalta-se que o trabalhador ainda precisará comparecer a um posto de atendimento pessoalmente para validar o requerimento, visando evitar possíveis fraudes, entretanto, o preenchimento prévio do cadastro on line, já torna mais célere o atendimento presencial, e o prazo de 30 dias para receber o benefício começa a contar desde o preenchimento do formulário na internet.

PROGER e PNMPO

Dentre as atividades implementadas na gestão desses programas e visando a melhoria de sua implementação, destacam-se as seguintes atividades e iniciativas:

- ✓ Publicação da Resolução n. 795, de 2 de agosto de 2017 – Institui Grupo de Trabalho Especial com o objetivo de elaborar estudo para saneamento do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER.
- ✓ Publicação da Resolução CODEFAT nº. nº 798, de 31.10.2017, que promoveu alteração na Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2017 – PDE/2017.
- ✓ Publicação da Medida Provisória nº. 802 de 26 de setembro de 2017 e do Decreto nº. 9.161 de 26 de setembro de 2017, que modernizou a legislação, simplificou processos e incluiu a possibilidade de utilização de novas tecnologias no processo de orientação dos beneficiários de microcrédito, de forma a reduzir os custos operacionais que envolvem a concessão de financiamentos, custos que tornam elevados em virtude da presença da figura do agente de crédito. Destacam-se as seguintes alterações:

  - Adequação da redação referente à destinação dos recursos para Programa, incluindo a possibilidade de utilização de recursos dos fundos constitucionais de financiamento, resguardadas as prerrogativas dos Conselhos a eles vinculados; adequação da redação

que trata das entidades autorizadas a operar no PNMPO, atribuindo ao MTb somente a prerrogativa de habilitação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, visto que demais entidades já possuem prerrogativa operacional do Banco Central.

- Adequação da redação dos serviços que podem ser prestados pelas entidades autorizadas a operar no PNMPO, incluindo a possibilidade de utilização de instrumentos do tipo pré-pagos; e ampliação do escopo das competências do MTb, que passaria a atuar de forma mais efetiva na avaliação do PNMPO e no monitoramento de todas as entidades operadoras;

- Ampliação do Comitê Interministerial do Programa, que passaria a ser um Comitê Consultivo no âmbito de Governo, integrando outros atores, a exemplo do BACEN e MPDG.

- Criação do Fórum Nacional de Microcrédito, instância destinada a promover o dialogo contínuo em torno do aperfeiçoamento da política, atendendo aos anseios dos entes operadores e reforçando a importância da participação social nas discussões afetas às políticas de governo.

- Aumento da renda ou a receita bruta anual para enquadramento dos beneficiários do PNMPO para até R$ 200 mil reais.

✓ Realização do Seminário Nacional de Microcrédito, realizada em 26 de outubro de 2017, com o intuito de apresentar os resultados da pesquisa "Análise das Boas Práticas da Política e da Atividade de Microcrédito e de sua integração com as Políticas de Geração de Trabalho e de Renda" por meio do Termo de Execução Descentralizada de Crédito n.º 07 de 2015.

Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

No âmbito da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, foram Realizados Painéis de Atualização de 14 Ocupações, no bimestre setembro / outubro.

Intermediação de mão-de-obra – SINE

No mês de novembro, ocorreu o relançamento do aplicativo Sine Fácil pelo Palácio do Planalto. O aplicativo, lançado pelo Ministério no primeiro semestre deste ano, agora conta com novas funcionalidades, o que o deixou mais amigável e disponível também para os telefones com sistema operacional iOS. Pelo aplicativo, desenvolvido a partir de uma parceria entre o Ministério do Trabalho e a Dataprev, o trabalhador poderá encontrar de forma rápida e prática vagas de emprego disponibilizadas na rede Sine de todo o Brasil, de qualquer smartphone ou tablet conectado à internet. Também é possível se candidatar a vagas de emprego, agendar entrevistas com empregadores e acompanhar a situação do benefício do Seguro-Desemprego.

Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS

Nesta mesma ocasião, foi lançado aplicativo que facilita ao trabalhador brasileiro ter as informações de Qualificação Civil e de Contratos de Trabalho registrados em sua Carteira de Trabalho. A Carteira de Trabalho Digital em forma de aplicativo para celulares nas versões IOS e

Android, funciona como uma extensão da carteira de trabalho impressa, trazendo como novidades e benefícios, tais como agilidade e celeridade nos processos de requisição e emissão da Carteira de Trabalho impressa; e a integração das informações trabalhistas de diversos bancos de dados do governo federal, o que também contribuem para o aumento da segurança das informações. Todas as experiências profissionais formais, as atuais e também as anteriores, estarão no aplicativo.

RAIS e CAGED

No aspecto de melhorias da gestão, foram incluídos no CAGED os campos relativos à Reforma Trabalhista, de forma a possibilitar a captação e divulgação das movimentações trabalhistas contempladas na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Com isso, a declaração do CAGED por parte do empregador, relativo à competência novembro/2017 e que será divulgada até o próximo dia 20, já trará as estatísticas referentes à aplicação da reforma.

Importante ressaltar que a CGCIP (antiga CGET/SPPE), está tratando com a Dataprev a metodologia que possibilitará a transição do sistema de captação de dados da RAIS e CAGED para a base do Esocial, uma vez que o empregador terá que fornecer ao eSocial as informações até então feitas na RAIS e no CAGED. Referida metodologia de transição visa garantir a segurança e continuidade das series históricas do emprego formal no Brasil.

Já se encontra em andamento os preparativos da RAIS para a recepção dos dados de 2017, o que ocorrerá a partir de janeiro próximo.

Qualifica Brasil

A gestão atual do Ministério do Trabalho, no intuito de reformular a política pública de qualificação social e profissional, visando melhorar sua efetividade, bem como ampliar o escopo e a qualidade dos cursos oferecidos, reestruturou o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, por meio da Resolução CODEFAT nº 783, de 26/04/2017. Com isso, o antigo PNQ passou a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL, que tem por escopo a promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Conforme consta do art. 7º da resolução nº 783, o Qualifica Brasil apresenta 04 modalidades, sendo que destas, 02 (duas) já se encontram em processo de operacionalização, quais sejam: Projetos de Qualificação e Qualificação a Distância.

Com relação aos Projetos de Qualificação, importa observar que foram enviadas para análise mais de 500 propostas a partir do último quadrimestre de 2017. Entretanto, em face da limitação orçamentária para este exercício, apenas 50 (cinquenta) convênios deverão ser celebrados, a partir das análises conclusivas da área competente, resultando no atendimento de apenas 10% da demanda apresentada.

Ressalte-se, ainda, que no âmbito dos Projetos de Qualificação, é obrigatória a destinação de 10% (dez por cento) das vagas para atendimento a idosos e pessoas com deficiências. Neste caso, o trabalhador na condição de pessoa com deficiência poderá estar neste percentual obrigatório, desde que a deficiência que porta, não lhe seja impeditivo ao exercício da atividade laboral correspondente ao curso pretendido.

A Qualificação a Distância (QaD) contempla o desenvolvimento de cursos de qualificação social e profissional por meio de equipamentos, redes e tecnologias de informação e

comunicação, com difusão pela rede mundial de computadores e/ou por outros canais, de maneira a permitir a realização do ensino e da aprendizagem entre professores e alunos que estejam espacial e/ou temporalmente separados.

No que tange a QaD, vale ressaltar que, em novembro, foi disponibilizada a primeira versão do "Portal da Escola do Trabalhador". Trata-se de uma das ações que o Ministério do Trabalho está implementando dentre várias estratégias para potencializar a qualificação do trabalhador e do desempregado. Tanto o Portal da Escola do Trabalhador, quanto sua respectiva plataforma estão sendo desenvolvidos por meio de parceria (TED 001/2017) com a Universidade de Brasília (UnB),

Por meio da Escola serão ofertados cursos nos doze eixos tecnológicos estabelecidos no Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Ministério da Educação, respeitando as definições da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Serão oferecidos, num primeiro momento, até cinquenta cursos modulares, na modalidade à distância, em plataforma moodle com acesso irrestrito, gratuito, sem necessidade de comprovação de escolaridade prévia.

Serão disponibilizados ainda no Portal, informações sobre possibilidades de cursos, certificações, oportunidades de estágios, e informações sobre a oferta de empregos. Além disso, apresentará também dados que permitam ao poder público obter indicadores que norteiem as políticas públicas voltadas ao trabalhador. E ainda, possibilitará a oferta de cursos por outras entidades que poderão vir a ser parceiras do Ministério, no âmbito da a Escola do Trabalhador.

Outra importante inovação é o Mapeamento de Demandas de Qualificação Social e Profissional - MDQSP que tem o propósito de evidenciar as demandas de qualificação social e profissional em base territorial, com vistas a nortear a execução de todas as ações do QUALIFICA BRASIL.

Importante mencionar que, apenas nos primeiros 15 (quinze) dias de funcionamento da primeira versão da plataforma, a primeira aferição de resultado, reportou mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) matrículas nos cursos disponibilizados.

Os recursos para o programa Escola do Trabalhador são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que também aposta na qualificação para a melhoria da renda e conquista de melhores oportunidades pelo trabalhador.

Análise de Prestações de Contas

Quanto à atividade de análise de prestações de contas, com base no passivo de processos "em análise" e "a serem analisados", pode-se considerar que esta tarefa é prioridade na pauta da SPPE, sendo objeto de diversas ações para adotar uma estratégia consistente para solução do problema, além de constante conscientização da administração superior sobre a urgência que a situação requer. Dessa forma, a SPPE definiu um plano de ação contendo algumas medidas estruturantes que vêm sendo tomadas ao longo do último ano para que a atual situação do passivo seja resolvida com a maior brevidade possível, com destaque para: i) criação da Coordenação Geral de Prestação de Contas; ii) racionalização dos processos internos; iii) visitas técnicas a outros Ministérios com situação semelhante resolvida; iv) manualização de procedimentos de análise de prestação de contas física e financeira; v) descentralização de parte dos processos para as Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego - SRTEs; vi) publicação da Portaria 661 de maio de 2017(racionalização dos processos); vii) solicitação de novos servidores ao Gabinete do Ministro; viii) realocação interna de servidores para a CGPC; e ix) solicitação de funções gratificadas para a equipe da CGPC; x) estudos para implementação de

trabalho remoto; e xi) elaboração de minuta de Portaria para Análise Simplificada do Passivo de Prestação de Contas.

A principal medida adotada pela nova gestão na SPPE foi a criação de uma estrutura organizacional formalizada no organograma do Ministério com dedicação exclusiva à análise de prestação de contas, a Coordenação Geral de Prestação de Contas - CGPC, que conta com duas coordenações (Física e Financeira), e uma assessoria técnica, estrutura vigente desde 31.03.2017.

Secretaria Executiva do CODEFAT

A Secretaria Executiva do CODEFAT cabe ao Ministério do Trabalho, de acordo com a Lei nº 7.998/90, e é exercida pelo Departamento de Gestão de Benefícios – DGB/SPPE/MTb, por força do Decreto nº 9.116/2016.

Amparado no exercício das atribuições da SE/CODEFAT, especialmente a de coordenar as atividades para realização das reuniões do CODEFAT e do Grupo Técnico do FAT - GTFAT e de promover a compatibilização entre as ações afetas à esfera de competência do MTb e as do CODEFAT, no quinto bimestre de 2017 foram obtidos os seguintes resultados.

- ✓ Realização de 2 (duas) reuniões, sendo 1 (uma) do GTFAT e 1 (uma) do CODEFAT, na qual foram aprovadas 2 (duas) resoluções, quais sejam:
- ✓ Resolução 798/2017 - Altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2017 – PDE/2017, de que trata a Resolução nº 782, de 26 de abril de 2017.
- ✓ Resolução 797/2017 - Altera a Resolução do CODEFAT nº 783, de 26 de abril de 2017, que reestrutura o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

A participação percentual dos conselheiros nas reuniões do CODEFAT no quinto bimestre foi de 72,2% por cento.

Além disso, com o objetivo de promover melhorias no suporte ao funcionamento do CODEFAT, a Secretaria Executiva do CODEFAT, por meio da Coordenação-Geral do CODEFAT - CGCODEFAT, realizou diversas atividades relativas ao processo de desenvolvimento do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT - SIGOC pela DATAPREV

O SIGOC se configura como ferramenta de comunicação para os Conselheiros do CODEFAT, com o intuito de melhorar o desempenho de suas atribuições. Permitirá automatização do controle das informações relativas às atividades e decisões do Conselho e também maior intercâmbio de informações e comunicação (em tempo real) entre o CODEFAT e as Comissões de Emprego das três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal).